

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.757.424 - SP (2018/0185123-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**EMBARGANTE** : PHASER INCORPORACAO SPE S.A  
**EMBARGANTE** : EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A  
**ADVOGADO** : LUIZ FERNANDO CAVALLINI ANDRADE - SP116594  
**EMBARGADO** : LUIZ CARLOS FERNANDES  
**ADVOGADO** : JOSÉ LIBER DE OLIVEIRA - SP090759  
**INTERES.** : ABYARA BROKERS INTERMEDIACAO IMOBILIARIA  
LTDA  
**ADVOGADOS** : MARCUS VINICIUS GONÇALVES GOMES E OUTRO(S) -  
SP252311  
MARIA ESTTELA SILVA GUIMARÃES - SP355634

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA.

1. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada.
2. Embargos de declaração no recurso especial rejeitados.

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por PHASER INCORPORACAO SPE S.A e outra, contra decisão unipessoal que deu provimento ao recurso especial por elas interposto para fixar como termo inicial dos juros moratórios, o trânsito em julgado da decisão.

Em suas razões recursais, sustentam omissão na decisão embargada quanto à fixação dos honorários recursais, com fundamento no art. 85, do CPC/15.

É o relatório.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, somente é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado impugnado.

Na hipótese, não ocorreu nenhum dos vícios mencionados. Efetivamente, nenhuma obscuridade, contradição, omissão ou erro material existe no corpo do acórdão que justifique a oposição desse recurso, que, como

é cediço, não se presta para o reexame da causa.

De fato, não há falar em omissão alguma quanto aos honorários recursais.

Com efeito, de acordo com a jurisprudência desta Corte, para fins de arbitramento de honorários advocatícios recursais previstos no § 11 do art. 85 do CPC/2015, é necessário o **preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos** (Edcl no AgIn no REsp n. 1.573.573/RJ, 3ª TURMA, Dje de 08/05/2017): "1. Direito Intertemporal: deve haver incidência imediata, ao processo em curso, da norma do art. 85, § 11, do CPC de 2015, observada a data em que o ato processual de recorrer tem seu nascedouro, ou seja, a publicação da decisão recorrida, nos termos do Enunciado 7 do Plenário do STJ: "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"; 2. o não conhecimento integral ou o improvimento do recurso pelo Relator, monocraticamente, ou pelo órgão colegiado competente; 3. a verba honorária sucumbencial deve ser devida desde a origem no feito em que interposto o recurso; 4. não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou não provido; 5. não terem sido atingidos na origem os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, para cada fase do processo; 6. não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba."

Assim, os honorários recursais, conforme entendimento da Segunda Seção desta Corte (AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, DJe 19/10/2017), somente são devidos na hipótese de o recurso não ter sido conhecido integralmente ou desprovido, circunstância não verificada no particular.

Forte nessas razões, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI  
Relatora

